

29/04/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 93.952 SÃO PAULO

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA  
PACTE.(S) : SIDNEY VICENTE  
IMPTE.(S) : FRANCISCO DE OLIVEIRA E SILVA JÚNIOR  
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 95254 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. LIMINAR INDEFERIDA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ALEGAÇÃO DE DEMORA EXCESSIVA NO JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: HABEAS CORPUS JULGADO PELO STJ: PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, PREJUDICADO.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite o conhecimento de *habeas corpus*, por entender incabível o exame de fundamentos ainda não apreciados definitivamente pelo órgão judiciário apontado como coator, mormente quando o objeto foi prejudicado pelo julgamento em definitivo do *habeas corpus* impetrado no Superior Tribunal de Justiça.

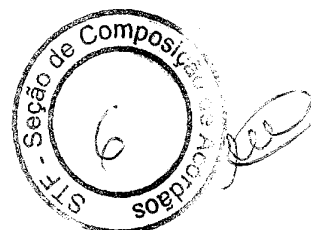
2. *Habeas corpus* prejudicado.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade, em julgar prejudicado o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 29 de abril de 2008.

*Cármem Lúcia atus Rolo*  
CÁRMEN LÚCIA - Relatora



29/04/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 93.952 SÃO PAULO

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA  
PACTE.(S) : SIDNEY VICENTE  
IMPTE.(S) : FRANCISCO DE OLIVEIRA E SILVA JÚNIOR  
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 95254 DO SUPERIOR  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA


R E L A T Ó R I O**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. *Habeas Corpus*, com pedido de liminar, impetrado por FRANCISCO DE OLIVEIRA E SILVA JÚNIOR, advogado, em favor de SIDNEY VICENTE, ajudante geral, no qual se alega excessiva demora no julgamento do *Habeas Corpus* n. 95.254, de relatoria do eminente Ministro Napoleão Maia, do Superior Tribunal de Justiça.

2. Alega o Impetrante que, embora o pedido de liminar do *Habeas Corpus* n. 95.254 tenha sido indeferido em 19 de novembro de 2007, o mérito não teria sido apreciado até a presente data.

Ressalta, ainda, que teria solicitado "... providências em relação à máxima urgência determinada pelo Ministro Relator, a qual até o presente, pois, passados 05 (cinco) meses da ilegal determinação prisional, sequer foram apreciados..." (fl. 5).

Em razão dessa alegada demora, pretende o Impetrante que este Supremo Tribunal analise desde logo o mérito das questões que, segunda alega, teriam sido suscitadas na impetração dirigida ao Superior Tribunal de Justiça.

Afirma-se, na presente impetração, que o Tribunal de Justiça de São Paulo teria determinado, em 24.9.2007, a expedição de mandado de prisão 

HC 93.952 / SP

contra o Paciente, sem qualquer fundamentação cautelar idônea, o que configuraria indevida execução provisória da pena, pois não se teria a) configurado o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, nem b) considerado o regime prisional semi-aberto, ao qual o Paciente foi condenado.

3. Requer o deferimento de liminar para que seja "... determina[do] o direito à prisão domiciliar do paciente, cientificando a autoridade coatora o implemento imediato da medida..." (fl. 20).

No mérito, pede seja deferida a ordem, para que "... seja ao paciente reconhecida a demora injustificada na apreciação do remédio extremo impetrado no órgão coator, determinado o cumprimento da pena no regime fixado, ou, não sendo isto possível, que aguarde a abertura de vaga no semi-aberto em regime aberto, a ser cumprido no estabelecimento legal próprio ou em regime domiciliar se inexistente o regime de prisão-albergue na comarca de seu domicílio..." (fls. 20-21).

4. Em 3 de março de 2008, indeferi o pedido de liminar e solicitei informações, para que, na seqüência, fosse dada vista dos autos à Procuradoria-Geral da República (fls. 63-65).

5. As informações foram prestadas em 24 de março de 2008 e encaminhadas a este Supremo Tribunal Federal em 26.3.2008 (fls. 73-76).

6. Em 11 de abril de 2008, a Procuradoria-Geral da República opinou pelo não-conhecimento da ação (fls. 78-83).

É o relatório. *ℳ*

HC 93.952 / SP

V O T O**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Conforme relatado, pretende o Impetrante que este Supremo Tribunal analise desde logo o mérito das questões que teriam sido suscitadas na impetração dirigida ao Superior Tribunal de Justiça, em razão da alegada demora no julgamento do *Habeas Corpus* n. 95.254.

2. O que se tem, portanto, na presente ação, é o questionamento de decisão precária proferida no *Habeas Corpus* n. 95.254, impetrado em favor do Paciente, no Superior Tribunal de Justiça, no qual o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho indeferiu o pedido de liminar.

Por essa razão, poderia eu simplesmente negar conhecimento ao presente *habeas corpus*, por entender incabível o exame, *per saltum*, de fundamentos não apreciados em definitivo pelo órgão judiciário apontado como coator, adotando, inclusive, o parecer da Procuradoria-Geral da República, que se manifestou no sentido da incidência da Súmula 691 deste Supremo Tribunal ('Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar'), cujo temperamento, possível de se adotar em casos excepcionais, não haveria de ter aplicação ao caso em pauta, pois não se demonstra ilegalidade flagrante ou afronta a princípios constitucionais ou legais na decisão questionada.

No entanto, apesar da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admitir o conhecimento de *habeas corpus*, por entender incabível o exame de fundamentos ainda não apreciados definitivamente pelo órgão judiciário apontado como coator, há, no caso em espécie, uma peculiaridade: a alegação de excessiva demora no julgamento do *Habeas Corpus* n. 95.254, configurada esta mesma como ato coator.

Conheço, nesse ponto, do *habeas corpus* ✓

HC 93.952 / SP

3. Contudo, verifico que, nesse tópico, a impetração está prejudicada, pois o sítio do Superior Tribunal de Justiça na Internet ([www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)) informa que os autos do *Habeas Corpus* n. 95.254 foram colocados em mesa para julgamento na sessão de 17.4.2008 e a Quinta Turma daquele Superior Tribunal, por unanimidade, denegou a ordem.

Realizado o quanto originariamente pretendido na impetração, tenho por prejudicado o presente *habeas corpus* em razão da perda superveniente de objeto (art. 659 do Código de Processo Penal).

4. Pelo exposto, voto no sentido de julgar prejudicada a presente ação. *fl*

**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 93.952-0**

PROCED.: SÃO PAULO

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

PACTE.(S): SIDNEY VICENTE

IMPTE.(S): FRANCISCO DE OLIVEIRA E SILVA JÚNIOR

COATOR(A/S)(ES): RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 95254 DO  
SUPERIOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma julgou prejudicado o pedido de  
**habeas corpus**. Unânime. 1ª Turma, 29.04.2008.

Presidência do Ministro Marco Aurélio. Presentes à  
Sessão os Ministros Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, a  
Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo  
Janot.

  
Ricardo Dias Duarte  
p/ Coordenador